

# SUMÁRIO

<b>Apresentação da obra .....</b>	<b>27</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>31</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>39</b>

## PARTE I O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A CONSTRUÇÃO DA HETEROGENEIDADE

<b>1. A coordenação da diversidade normativa e jurisdicional do direito internacional privado .....</b>	<b>49</b>
<b>2. A pluralidade dos métodos e dos objetivos do direito internacional privado .....</b>	<b>53</b>
2.1. Aspectos gerais.....	53
2.2. O método indireto .....	54
2.2.1. As origens do método indireto e sua faceta unilateral .....	54
2.2.2. O método indireto multilateral e o direito internacional privado das encruzilhadas.....	65
2.3. A evolução do método indireto multilateral: o princípio da proximidade, as conexões múltiplas e a escolha da melhor lei .....	76
2.4. O método direto e o método do reconhecimento de situações jurídicas .....	89
2.5. A (falta de) organização da pluralidade de métodos .....	99

<b>3. A multiplicação de direitos protegidos no direito internacional privado.....</b>	<b>103</b>
3.1. A pluralidade dos métodos e a identificação dos direitos.....	103
3.2. O direito à segurança jurídica no direito internacional privado .....	104
3.3. O direito à igualdade no direito internacional privado.....	111
3.4. O direito à liberdade no direito internacional privado .....	114
<b>4. A justiça no direito internacional privado.....</b>	<b>129</b>
4.1. O direito à justiça no direito internacional privado.....	129
4.2. A formação da justiça conflitual.....	134
4.3. A formação da justiça material.....	145
4.4. A justiça e o mito da homogeneidade no direito internacional privado .....	154
<b>5. O direito internacional privado da heterogeneidade.....</b>	<b>161</b>

**PARTE II**  
**O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A**  
**CONSTRUÇÃO DO MOSAICO**

<b>1. Os institutos de promoção de direitos e a hierarquia de valores no direito internacional privado .....</b>	<b>165</b>
<b>2. A técnica da prevalência do direito prioritário: o princípio do favorecimento .....</b>	<b>173</b>
2.1. A formação do princípio do favorecimento: evolução (e não revolução) .....	173
2.2. O favorecimento à validade dos atos jurídicos.....	179
2.2.1. O <i>favor validitatis</i> e o <i>favor negotii</i> .....	179
2.2.2. O <i>favor testamenti</i> .....	185
2.3. O favorecimento à preservação ou à dissolução de determinado <i>status</i> .....	188
2.3.1. O <i>favor filiationis</i> .....	188
2.3.2. O <i>favor matrimonii</i> e o <i>favor divortii</i> .....	192
2.4. O favorecimento da vítima de danos ( <i>favor laesi</i> ).....	200
2.5. A lei mais favorável ao alimentando ( <i>favor obligationis</i> ).....	206
2.6. A lei mais favorável aos sucessores brasileiros.....	211

2.7. A técnica do direito prioritário pelo uso de leis de validação e de leis comparadas .....	220
<b>3. A técnica da prevalência do direito essencial: a exceção de ordem pública .....</b>	<b>227</b>
3.1. Aspectos gerais.....	227
3.2. A abordagem tradicional do conteúdo da ordem pública: os direitos essenciais do Estado do foro .....	234
3.3. Incidência, funções e fundamentos da ordem pública.....	239
3.4. O conteúdo nacional dos direitos inseridos na ordem pública.....	243
3.5. A ordem pública no Brasil.....	246
3.6. A ordem pública e os tratados de direito internacional privado .....	250
3.7. O dilema da intolerância na ordem pública.....	258
<b>4. A técnica da prevalência dos direitos protegidos pelo foro: as normas de aplicação imediata.....</b>	<b>271</b>
4.1. Aspectos gerais e as discussões doutrinárias .....	271
4.2. A natureza das normas de aplicação imediata e sua especificidade ...	279
4.3. Os dispositivos nacionais e internacionais referentes às normas de aplicação imediata.....	284
4.4. As normas de aplicação imediata e o conteúdo dos direitos protegidos .....	287
<b>5. A técnica da prevalência dos direitos constitucionais: o controle de constitucionalidade no direito internacional privado .....</b>	<b>301</b>
5.1. A constitucionalização do direito internacional privado .....	301
5.2. A imposição dos direitos previstos na Constituição .....	311
5.3. A proteção dos direitos constitucionais e o risco à diversidade .....	318
<b>6. A era do mosaico: a fragilidade e a pouca nitidez da imagem do direito internacional privado.....</b>	<b>321</b>

**PARTE III**  
**O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E A**  
**CONSTRUÇÃO DA COERÊNCIA**

<b>1. A busca da sistematicidade formal e da legitimidade substancial no direito internacional privado .....</b>	<b>329</b>
--	------------

<b>2. O pluralismo jurídico e a gramática dos direitos.....</b>	<b>335</b>
2.1. A aceitação do pluralismo jurídico no direito internacional privado: a heterogeneidade agravada.....	335
2.2. Da coordenação à articulação das ordens jurídicas.....	338
2.3. A regulação das relações privadas transnacionais: a descodificação e a constitucionalização do direito privado.....	342
2.4. O reconhecimento de direitos e seu impacto no direito internacional privado.....	352
2.5. Ascensão dos direitos humanos e a sua eficácia nas relações privadas.....	357
<b>3. A incidência dos direitos humanos no direito internacional privado.....</b>	<b>373</b>
3.1. Atributos diferenciados dos direitos humanos e seu objetivo emancipatório no direito internacional privado.....	373
3.2. O uso indireto dos direitos humanos no direito internacional privado.....	379
3.3. O uso direto dos direitos humanos: a invocação nacional.....	382
3.4. O uso direto dos direitos humanos: a invocação internacional.....	384
<b>4. A busca da coerência e o uso do teste de proporcionalidade no direito internacional privado.....</b>	<b>393</b>
4.1. A coordenação das ordens jurídicas e o uso da hierarquia das fontes.....	393
4.2. A coordenação por meio do diálogo das fontes.....	396
4.3. Universalismo, igualdade material e reconhecimento das diferenças.....	399
4.4. Direito internacional privado, inclusão e a proteção dos vulneráveis.....	405
<b>5. O direito internacional privado e a articulação coerente entre os direitos.....</b>	<b>421</b>
5.1. Aspectos gerais.....	421
5.2. A articulação dos direitos e o teste de proporcionalidade no direito internacional privado.....	422
5.3. A construção da coerência no método do reconhecimento à luz dos direitos humanos.....	428
5.4. A insuficiência da dicotomia <i>lex fori</i> e <i>lex causae</i> no teste de proporcionalidade: o uso das referências cruzadas.....	437

5.5. O teste de proporcionalidade e o sequestro internacional de crianças no direito internacional privado.....	441
5.5.1. A pluralidade de regras e interpretações na matéria de sequestro internacional de crianças: o laboratório da articulação no direito internacional privado .....	441
5.5.2. A jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos no sequestro internacional de crianças .....	451
5.5.2.1. A colisão de direitos envolvendo o devido processo legal: a articulação procedimental no direito internacional privado .....	453
5.5.2.2. A colisão de direitos envolvendo o melhor interesse da criança: a articulação material no direito internacional privado .....	457
5.5.2.3. A colisão de direitos envolvendo as exceções ao retorno da criança: a articulação material no direito internacional privado .....	460
5.5.2.4. A colisão de direitos envolvendo a exceção ao retorno por violação de direitos humanos: a articulação material no direito internacional privado .....	466
5.5.3. A colisão de direitos envolvendo o pluralismo jurídico: a articulação entre direitos previstos em tratados no direito internacional privado.....	469
<b>6. O direito internacional privado heterogêneo e a construção da coerência na proteção de direitos.....</b>	<b>475</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>483</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>495</b>